



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI



## VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MOSSORÓ-RN: o difícil caminho de ruptura das relações violentas

### RESUMO

Este artigo é um fragmento de minha tese de doutorado que aborda as representações sociais das mulheres sobre violência conjugal e seus enfrentamentos. Realizamos a pesquisa com vinte mulheres das classes populares de Mossoró, por intermédio de oficinas de gênero e entrevistas. Os enfrentamentos se deram nos níveis público, expresso na denúncia e no engajamento em grupos de mulheres e privado por intermédio da socialização das violências com amigos e familiares e na ruptura da relação. As mulheres não são cúmplices da violência, pois não detêm o mesmo poder que os homens na sociedade, sendo vítimas da violência masculina.

Palavras-chave: violência; mulher, gênero.

### ABSTRACT

This work is one breaks up of my thesis of doctorac that it approaches the social representations of the women on conjugal violence and its confrontations. We carry through the research with twenty women of the popular classrooms of Mossoró, through workshops of gender and interviews. The confrontations if had given in the levels public, express in the denunciation and the private enrollment in groups of women and for intermediary of the socialization of the violence with familiar friends and and in the rupture of the relation. The women are not abettors of the violence, therefore she the same does not withhold to be able that the men in the society, being victims of the masculine violence.

Keywords: violence; woman, gender

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo se constitui em uma parte de minha tese de doutoramento<sup>1</sup> que trata das representações sociais que as mulheres em situação de violência conjugal, pertencentes às classes populares de Mossoró-RN<sup>2</sup> constroem sobre violência e quais as estratégias de enfrentamento/reação a este fenômeno. Neste sentido, discutiremos os enfrentamentos e reações das mulheres às várias formas de violência sofrida.

A pesquisa é de cunho qualitativa. Sua abordagem nos possibilitou uma aproximação com os significados construídos pelas mulheres, com os momentos de

<sup>1</sup>Doutorado em Serviço Social concluída na Universidade Federal de Pernambuco em 2005, intitulada: Não se rima amor e dor: representações sociais sobre violência conjugal.

<sup>2</sup>É o segundo município mais populoso do Estado do Rio Grande do Norte com uma população aproximada de 230 mil habitantes, segundo dados do IBGE (2003).

reconhecimento de sua singularidade e de construção de estratégias e atuação enquanto sujeito social frente à realidade.

Tentamos uma articulação entre diferentes referenciais teóricos, que para nós parecem coerentes entre si: violência contra a mulher, representação social, poder e relações sociais de gênero.

Constituíram-se como sujeitos da pesquisa, vinte mulheres integrantes do grupo “Mulheres em Ação”, participantes das oficinas de gênero, sendo que destas, apenas cinco se dispuseram a ser entrevistadas, devido à dificuldade destas mulheres em falarem sobre o tema. Somamos a este universo, mais cinco mulheres que denunciaram a violência na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) e que não participam de movimento social organizado.

Utilizamos como recurso metodológico para a produção dos dados da pesquisa, *oficinas de gênero*<sup>3</sup>, visto que este recurso nos pareceu interessante no sentido de orientar as questões que permearam nossas entrevistas, bem como de melhor captar as representações sociais sobre violência e temas que permeiam universo deste fenômeno (família, relações sociais de gênero, homem, mulher, casamento, amor), por intermédio de conversas, dramatizações, depoimentos, elaboração de desenhos e conversas informais.

Realizamos 10(dez) *entrevistas semi-estruturadas*, sendo cinco com mulheres que integram o grupo “Mulheres em Ação” e cinco com mulheres que não participam de grupos sociais organizados e cinco que denunciaram as violências sofridas na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher.

Os aspectos que orientaram o roteiro de entrevista giraram em torno das seguintes questões: o significado de ser mulher e do ser homem inseridos no contexto das relações sociais de gênero; explicitação ou não do desejo de separação e sua argumentação sobre o que a tem mantido nesta situação; reações/enfrentamentos diante da violência sofrida; fatores que causam a violência contra a mulher; significados, valores e atitudes relativas a casamento e família; significados, valores e atitudes relativas à violência contra à mulher.

Todas as mulheres pesquisadas pertencem às classes populares, o que aponta para um olhar sobre a violência marcado pela desigualdade sócio-econômica.

Procuramos sempre ouvir a fala das mulheres, norteadas pela postura da *escuta ativa*<sup>4</sup>, em que priorizamos a construção do livre discurso.

---

<sup>3</sup>As oficinas de gênero foram utilizadas a partir do ano 1998 pela equipe do Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM), o qual faço parte, em caráter experimental. Porém, esse instrumento propiciou uma relevante riqueza de depoimentos e de observações que passei a utilizá-la como parte da metodologia desta pesquisa.

<sup>4</sup>É um método de pesquisa empregado particularmente com pessoas que experimentam situações de grande tensão. Constitui-se em escutar atentamente a totalidade da mensagem dirigida pelo emissor e lhe devolver o que acredita ter recebido (expressando o subentendido, verbal ou não verbal).

## 2.VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: “o pessoal é político”

A violência contra a mulher, comumente nomeada de violência doméstica ou conjugal, é uma problemática que atinge mulheres de todas as classes sociais, raças/etnias, gerações e orientações sexuais. Em geral é praticada na esfera das relações interpessoais e os agressores geralmente mantêm laços de afetividade com as vítimas, tornando-as mais vulneráveis a estes.

Apesar da violência contra a mulher existir independentemente de classe social, é importante deixar bem claro, que devido às determinações econômicas e sociais do capitalismo, as mulheres de classe menos favorecidas vivem em maior situação de pobreza e desigualdade, se compararmos às mulheres de classes médias e altas. As mulheres de classe média e alta quando são vítimas de algum tipo de violência, buscam ajuda nas clínicas de terapia, fazem viagens, entre outras coisas. Já as pobres por não terem recursos financeiros suficientes para pagar um tratamento psicológico e de saúde, sendo este de alto custo e pouco disponibilizado pelo SUS (Sistema Único de Saúde), a única alternativa que lhes resta é a delegacia.

O fato desta violência ocorrer freqüentemente no âmbito do espaço privado e ser praticada por pessoas com as quais as vítimas mantêm relações afetivas não lhe retira o caráter político e, portanto, público, devendo ser enfrentada pelo poder público por intermédio de políticas públicas, bem como ser repudiada por todos(as) que lutam por uma cidadania plena que inclua a igualdade entre os gêneros.

A visibilidade da violência contra a mulher como expressão da questão social teve como marco a atuação do movimento feminista a partir do início da década de 1970. Foram as feministas norte-americanas as primeiras a denunciarem as violências. Elas desenvolveram suas análises teóricas explicitando os estudos criminológicos que com seus pré-julgamentos androcêntricos privilegiavam as teorias vitimologistas que fazem das relações entre a vítima e o agressor um elemento explicativo fundamental. Estes estudos tiveram um largo eco nos países anglo-saxões e depois na França.

No Brasil a problemática da violência contra a mulher, passa a fazer parte do senso comum a partir das mobilizações feministas contra o assassinato de mulheres “por amor” e “em defesa da honra” no final dos anos 1970<sup>5</sup>. Lutas que se ampliarão, no início dos anos 1980, para a denúncia de espancamentos e de maus-tratos conjugais impulsionando a criação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, a exemplo dos SOS Mulher e mais tarde em 1986, das delegacias de defesa da mulher.

A violência contra a mulher vem ganhando novos contornos. Vale salientar que a

---

<sup>5</sup>Nesta época os movimentos feministas lançaram dois slogans que simbolizaram a luta pelo fim da violência e publicização da mesma: “Quem ama não mata” e “O silêncio é cúmplice da violência”.

mesma é inerente ao padrão das organizações desiguais de gênero que, por sua vez, são tão estruturais quanto à divisão da sociedade em classes sociais, ou seja, o gênero, a classe e a raça/etnia que fundamentam as relações sociais (SAFIOTTI, 2004).

Segundo a historiadora norte-americana Joan Scott (1990), até onde é possível retroceder no tempo, nunca existiram sociedades igualitárias sob o aspecto das relações sociais de gênero. Ao contrário, foram todas, e são as atuais, marcadamente patriarcais<sup>6</sup>. Ou seja, as diferenças entre homens e mulheres têm sido sistematicamente convertidas em desigualdades em detrimento do gênero feminino.

### 3 MARCO TEÓRICO- CONCEITUAL DA PESQUISA

A pesquisa fundamentou-se em três categorias teórico-metodológicas: *violência contra a mulher*, compreendida como todos os atos que, pela ameaça ou força, são praticados contra as mulheres sejam nos espaços privado ou público, bem como, as agressões físicas, sexuais, psicológicas, discriminações e preconceitos que visam intimidar e destruir a auto-estima das mulheres, ferindo sua integridade física e emocional. É fruto de uma sociedade patriarcal que impõe a dominação masculina sobre as mulheres, sendo aprofundada e acentuada pelo modo de produção capitalista, se constituindo como um problema de saúde pública.

Na *perspectiva foucaultiana de poder*, que se insurge contra a idéia de que o Estado é o órgão central e único de poder, ou de que a inegável rede de poderes das sociedades modernas seria uma extensão dos efeitos do Estado, uma simples difusão de seu modo de ação, o que representaria destruir a especificidade dos poderes que a análise pretendia focalizar. A partir deste referencial, fica extremamente problemático aceitar que um pólo tem o poder estavelmente e outro não. Assim, onde há poder há resistência.

A categoria *relações sociais de gênero*, entendida por intermédio do diálogo entre o pensamento de Scott (1990) como sendo as relações sociais entre os sexos e como uma das primeiras formas de manifestação de poder na sociedade, sendo constituída por quatro dimensões inter-relacionadas: simbólica, normativa, organizacional e subjetiva e as idéias de Safiotti (2004), que consiste em considerar sexo e gênero como uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica, independente do contexto social em que é exercida. Assim, tal categoria não é somente uma categoria analítica, mas também uma categoria histórica e política que se articula com o sistema capitalista-patriarcal, que impõe a

---

<sup>6</sup>O patriarcado se constitui num sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem.

“lógica patriarcal de gênero”<sup>7</sup>.

Lançamos mão da perspectiva *das representações sociais* enquanto categoria de análise, entendendo-a segundo Jodelet (2001) como uma forma de conhecimento da realidade socialmente elaborado e compartilhado, que visa um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.

#### 4 OS ENFRENTAMENTOS DAS MULHERES À VIOLÊNCIA

Em relação aos enfrentamentos e reações das mulheres à violência sofrida, constatamos dois níveis: o *público*, que se materializou na denúncia na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e na participação em grupos organizados de mulheres e em *nível privado*, a exemplo da socialização da violência sofrida para amigos(as) e familiares, separar-se do companheiro agressor, bem como o revide da violência com atos violentos.

Entre a primeira violência sofrida e a denúncia, houve um intervalo de silêncio, um prolongado silêncio, para o qual parecem ter contribuído alguns fatores: a relação ambivalente com o agressor (amor e dor); a representação multifacetada que a mulher tem do homem, que a leva a encará-lo, alternadamente, ora como agressor, ora como vítima; e a representação social da violência, enquanto intrínseca à relação conjugal, contribuindo significativamente para a manutenção das relações de violência.

Faz-se necessário compreender que nem todas as mulheres que sofrem violência optam por denunciá-la. Muitas silenciam ou têm acesso a outros meios para enfrentar seus problemas, como por exemplo, participam de grupos autônomos de apoio, de grupos de mulheres, mantêm contato com familiares etc.

Não queremos negar o fato de que a denúncia se constitui no mais eficiente instrumento de reação, combate e enfrentamento à violência contra a mulher, visto ser este um ato em que a mesma é publicizada e passível de sanção legal, contudo há que se considerar outras formas de enfrentamento à violência.

Um outro ponto a destacar é que as mulheres participantes de grupos sociais organizados não denunciaram a violência.

Com relação às mulheres que denunciaram os seus agressores, apesar de terem publicizado a violência, é freqüente a não disposição em romper a relação, pois acreditam na transformação das relações conjugais e familiares e desejam manter o casamento e as parcerias.

---

<sup>7</sup>Expressão utilizada por Saffioti (2004).

Já aquelas que denunciaram a violência e não estão engajadas em grupos organizados, de modo geral, afirmaram o desejo de retirar a queixa, pois não queriam, efetivamente, que o agressor fosse punido, mas sim, desejavam apenas “dar um susto” nele, de modo que este parasse de agredi-la. Desta forma depreende-se que o real interesse da mulher não era punição do agressor.

Romper com o relacionamento violento é difícil porque implica romper com todo um modelo de vida, com a esperança de mudança, ou com a fantasia que minimiza as perdas atuais, fazendo o eventual rompimento projetar-se como perda insuportável.

Uma das entrevistadas, após a denúncia policial formal, não rompeu o relacionamento, mas alcançou o abrandamento das violências usando do seguinte artifício: guarda em sua bolsa, junto com documentos pessoais, a cópia do boletim de ocorrência, signo de seu poder, com o qual ameaça o marido no caso de nova agressão.

Quanto àquelas que romperam com o relacionamento gerador dos episódios de violência após a denúncia, relataram que só o fizeram, porque tiveram apoio da família.

Já aquelas que romperam com o relacionamento, mas que não denunciaram, afirmaram que o fizeram devido à solidariedade dos grupos sociais em que estão inseridas.

Em contradição com as representações de ser homem, ser mulher e com o modelo da desigualdade entre os gêneros que ancora as representações sociais das mulheres sobre violência contra a mulher, violência a qual é vista ora como covardia, monstruosidade ou como algo advindo a partir do consumo de bebidas alcoólicas, ou seja, a violência não é percebida, por grande parte das entrevistadas como algo que se dá devido ao sistema de dominação que subordina as mulheres aos homens, mas ao contrário, é vista como algo deslocado do universo sociocultural da subordinação das mulheres e atribuída a fatores externos às relações de conjugalidade, dificultando o rompimento com as relações violentas.

Sentimentos como medo, impotência para viver sozinha, permeia o cotidiano das mulheres vítimas de violência e torna difícil a ruptura da mulher com o ciclo da violência.

De alguma forma as mulheres reagem à violência, não sendo, portanto, cúmplices da mesma, mas vitimizadas.

Contudo, é necessário que se questione o caráter sagrado da família que simboliza amor e segurança, visto que o espaço do lar e da família se constituem nos mais perigosos para as mulheres.

## **CONCLUSÃO**

A violência exercida contra as mulheres é um fenômeno social complexo e multifatorial, portanto, para que seja interrompido o ciclo da violência, é necessário que

exista uma rede de apoio à mulher agredida que atenda às necessidades de habitação, educação, saúde, emprego, transporte, salário digno, dentre outros.

A cidadania da mulher agredida deve ser resgatada, o que implica no reconhecimento da mesma como sujeito autônomo, portadora de direitos, pois a violência contra a mulher é questão que demanda soluções no âmbito da saúde, educação, trabalho, segurança, questões estas que são públicas.

O desafio é promover uma consciência social acerca da violência exercida sobre as mulheres, que se traduza em todos os níveis da sociedade. Tornar esse fenômeno visível aos olhos da sociedade é um primeiro passo para que medidas sejam implantadas e o caráter sagrado da família seja questionado, pois somente assim, poderemos potencializar um processo de transformação nas relações de gênero, construindo uma sociedade não sexista, sem exploração de classes ou qualquer outra forma de discriminação e opressão, tarefas estas encampadas pelo movimento feminista.

As mulheres são passivas ou cúmplices da violência a qual são vítimas, pois não detêm a mesma cota de poder que os homens na sociedade. Elas, de uma forma ou de outra, reagem à violência, variando as estratégias e sonham com um mundo em que elas sejam valorizadas e respeitadas, um mundo sem violência, em que as mesmas possam romper as barreiras da lógica patriarcal de gênero e reconstruir suas vidas.

Para isso é necessário considerarmos as várias formas de expressão das mulheres contrárias à violência, sejam elas em nível público ou privado, pois tais reações e enfrentamentos podem se constituir em fissuras ou micro transformações no sistema patriarcal.

Desse modo, não podemos compreender a violência contra a mulher como uma questão privada, que deve ser tratada na esfera do lar; mas como uma questão que demanda do Estado a implementação de políticas públicas de prevenção e enfrentamento a esta forma de violência.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely de Souza. **Femicídio**: algemas (in) visíveis do público e privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

BANDEIRA, Lourdes e SOARES, Mireya. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC, Ed.34, 2002.

DELPHY, Christine. Penser le genre: quels problèmes? In: HURTING, Marie Claude; KAIL,

Michèle; ROUCH, Hélène (orgs.). **Sexe et genre**: de la hiérarchie entre les sexes. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1991.

**Diagnóstico da violência contra a mulher em Mossoró.** (2001-2004). Mossoró: NEM/UERN, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 1993.

GROSSI, Miriam Pilar e PEDRO, Joana Maria. **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Mulheres, 1998.

JODELET, Denise. (org.) **As representações sociais**. Tradução .Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse**: son image et son public. Paris: PUF, 1961.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. O poder em Foucault e sua contribuição para os estudos de gênero. In: **O poder em debate**. Recife: Unipress Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Não se rima amor e dor**: representações sociais sobre violência conjugal. Tese de Doutorado em Serviço Social. UFPE, Recife, 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/NIPAS, Brasília: UNICEF, 1994.

\_\_\_\_\_. Rearticulando gênero e classe social. In: Albertina de Oliveira e Costa e Bruschini Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/FCC, 1992.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1990.

\_\_\_\_\_